

ATA DA TRIGÉSSIMA QUARTA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO GESTOR DO FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Aos vinte e cinco dias do mês de novembro do ano de dois mil e onze, na Sala nº 502, do Edifício Sede do Ministério da Justiça, em Brasília, Distrito Federal, às quatorze horas e cinquenta minutos, o Conselho Gestor do Fundo Nacional de Segurança Pública - CGFNSP reuniu-se em sessão extraordinária, com a presença dos seguintes membros: Sidnei Borges Fidalgo, Vice-Presidente do CGFNSP, representante suplente da Secretaria Nacional de Segurança Pública e Presidente desta Sessão; Paulo Machado, representante titular do Ministério da Justiça; Carlos Humberto Oliveira, representante titular da Casa Civil da Presidência da República; Carlos Rogério Ferreira Cota, representante titular do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; Felipe Daruich Neto, representante titular do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; ausente justificadamente o representante suplente da Procuradoria Geral da República. Participaram também da sessão servidores da SENASP arrolados na lista de presença que acompanha esta Ata. O presidente, após os cumprimentos de praxe, anunciou os assuntos da Pauta, a saber: 1) Aprovação da Ata da 76ª Reunião Ordinária; 2) Apreciação de 16 projetos estaduais e 3) Apreciação de 01 projeto municipal.

DELIBERAÇÕES: Aberta a sessão, o vice-presidente fez os seguintes destaques: informou que a Presidente do Conselho não estava presente devido à viagem internacional a serviço; destacou que, após o cumprimento da pauta, a Coronel Claudete Lehmkuhl, atendendo solicitação feita na última reunião, apresentaria as informações complementares referentes ao Projeto “Tecendo a Paz Social: Segurança com Cidadania em Grandes Eventos” e reforçou a solicitação de apreciação extra pauta de pleito referente à aquisição direta de microscópios comparadores balísticos, conforme anúncio feito por meio de mensagem eletrônica. Iniciada a pauta, ele submeteu à avaliação dos Conselheiros a ata da 76ª Reunião Ordinária que foi aprovada sem objeções. Em seguida, o Presidente informou que a Dra. Isabel Seixas de Figueiredo apresentaria os projetos do Departamento de Pesquisa e Análise de Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública - DEPAID. Com a palavra, a Dra. Isabel informou que o primeiro bloco de propostas tratava-se da continuação do Edital nº 02/DEPAID/SENASP. Ela recordou que o citado edital resultou na seleção de vinte propostas, sendo que o colegiado na reunião anterior havia deliberado sobre onze. Na pauta em curso, foram inseridas oito propostas e a reapresentação da proposta do Distrito Federal não aprovada na reunião passada, devido a questionamentos feitos pelo Colegiado. Ela destacou que do mencionado edital restava apenas uma proposta do Estado de Sergipe que será apresentada na próxima reunião. Após estas considerações, ela passou a palavra aos servidores Fabio Manhaes Xavier e Ademário de Moraes que apresentaram as propostas discriminadas abaixo:

	UF	Nº Proposta SICONV	Objeto da Proposta	VALOR DO FNPS			Contra-partida	Total da Proposta
				Capital	Custeio	Total		
1	GO	048094/2011	Implementação de ações destinadas à área de educação, abrangendo os aprimoramentos do ensino e estruturas físico-pedagógicas de Segurança Pública do Estado de Goiás.	374.044,10	374.044,10	748.088,20	46.405,90	794.494,10
2	CE	048032/2011	Capacitação dos servidores das Instituições de Segurança Pública do Estado do Ceará e reestruturação da Academia Estadual de Segurança Pública.	928.683,28	999.735,76	1.928.419,04	86.769,07	2.015.188,11
3	PA	048204/2011	Aprimoramento do ensino dos docentes do Sistema de Segurança Pública do Estado do Pará e estruturação físico-pedagógica do CFAP-PMPA.	363.087,00	343.860,12	706.947,12	7.140,88	714.088,00
4	BA	047939/2011	Implementação de ações destinadas à área de educação, abrangendo os aprimoramentos do ensino e das estruturas físico-pedagógicas das Instituições de Segurança Pública do Estado da Bahia.	982.029,68	962.389,09	1.944.418,77	19.640,59	1.964.059,36

5	RN	047131/ 2011	Capacitação dos profissionais de Segurança Pública e aprimoramento das instalações físicas das instituições de ensino da Segurança Pública	221.724,82	238.841,66	460.566,48	43.410,23	503.976,71
6	RJ	048052/ 2011	Fomentar a formação, aperfeiçoamento, especialização e educação continuada dos profissionais de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro, para uma perspectiva mais cidadã e fundamentada nos Direitos Humanos, possibilitando um ambiente adequado nas instituições de ensino para que este aprendizado possa se efetivar, utilizando-se os recursos físicos e tecnológicos para maximizar as possibilidades de ensino-aprendizagem do corpo discente e docente.	980.000,00	980.705,60	1.960.705,60	40.014,40	2.000.720,00
7	PI	048119/ 2011	Criação e estruturação do Programa Biblioteca de Segurança Pública e aprimoramento do ensino das instituições de Segurança Pública do Estado do Piauí.	618.500,00	618.500,00	1.237.000,00	12.500,00	1.249.500,00
8	PI	048134/ 2011	Criação da Escola Itinerante de Segurança Pública Integrada do Piauí (EISPI/PI) e aprimoramento do ensino, destinado aos profissionais de Segurança Pública.	300.000,00	300.000,00	600.000,00	7.000,00	607.000,00
Total Geral				4.768.068,88	4.818.076,33	9.586.145,21	262.881,07	9.849.026,28

Os conselheiros solicitaram que fossem consignados os seguintes registros: O Conselheiro Carlos Humberto Oliveira fez observações quanto ao aspecto formal das propostas, isto é, ele salientou que as propostas não haviam sido aprovadas no Portal de Convênios pelo Gestor da SENASP. A equipe técnica explicou que as propostas seriam aprovadas após a deliberação do Colegiado, porque caso o Conselho determinasse alguma modificação na proposta ou ainda se não aprovasse determinada proposta o Portal não dispõe de meios para tornar sem efeito a aprovação feita pelo Gestor. Após discussões sobre a dinâmica de funcionamento do Portal e sobre o posicionamento do analista técnico e do gestor registrado na nota técnica de aprovação da proposta, o Colegiado, por unanimidade, concordou que a aprovação das propostas, em relação às quais não teria objeção de mérito ou relativa ao conteúdo, ficariam a depender da manifestação favorável do analista e do Gestor de cada projeto, e da aprovação da SENASP. O Conselho solicitou que fosse submetida à apreciação do Colegiado somente as propostas cuja nota técnica registre manifestação conclusiva do analista, do gestor da SENASP, conforme determina o Regimento Interno do Colegiado.

O servidor Fabio Manhaes Xavier fez uma explanação contextualizando o segundo bloco de projetos referentes à Copa/2014. Foram destacados diversos aspectos relacionados ao tema, dentre os quais citaremos: 1) público alvo; 2) objetivo; 3) estratégias adotadas pela SENASP; 4) temáticas: tipo e quantidade; 5) categorização dos Estados envolvidos: Estados-Sede (Grupo 1), Estados de impactos diretos (Grupo 2) e Estados de impactos indiretos (Grupo 3); 6) categorização das vagas para os cursos ofertados: Grupo 1: 85%, Grupo 2: 10% e Grupo 3: 5%; e 7) classificação dos cursos: temas específicos, temas compartilhados e temas comuns. Após essa explanação, foi informado que os projetos copa totalizaram 19 propostas. Na pauta em curso, constavam 4 propostas e 15 serão apresentadas na próxima reunião. Finalizando, o servidor explicou que todas as propostas possuíam o mesmo alinhamento porque a SENASP buscou alcançar homogeneidade e coerência entre os Estados, diferenciando apenas o tipo de curso que será elencado. Em seguida, ele convidou o servidor Hercules de Paula Freitas que apresentou as seguintes propostas:

	UF	Nº. Proposta SICONV	Objeto da Proposta	VALOR DO FNPS			Contra- partida	Total da Proposta
				Capital	Custeio	Total		
1	MT	063267/ 2011	Estruturar nas Unidades de Ensino de Segurança Pública da Polícia Civil de Mato Grosso, ambientes didáticos visando implementar ações destinadas à capacitação de profissionais de Segurança Pública para atuação na Copa do Mundo FIFA de 2014.	293.550,09	0,00	293.550,09	2.965,15	296.515,24

2	MT	063613/ 2011	Estruturar nas Unidades de Ensino de Segurança Pública da Polícia Militar do Mato Grosso, ambientes didáticos visando implementar ações destinadas à capacitação de profissionais de Segurança Pública para atuação na Copa do Mundo FIFA de 2014.	556.277,60	249.807,14	806.084,74	8.310,84	814.395,58
3	SP	063371/ 2011	Estruturar nas Unidades de Ensino de Segurança Pública da Polícia Militar de São Paulo, ambientes didáticos visando implementar ações destinadas à capacitação de profissionais de Segurança Pública para atuação na Copa do Mundo FIFA de 2014.	1.903.886,39	592.105,95	2.495.992,34	51.000,00	2.546.992,34
4	RS	063572/ 2011	Estruturar nas Unidades de Ensino de Segurança Pública do RS ambientes didáticos visando implementar ações destinadas à capacitação de profissionais de Segurança Pública para atuação na Copa do Mundo FIFA de 2014.	1.432.548,38	477.462,15	1.910.010,53	71.571,25	1.981.581,78
Total Geral				4.186.262,46	1.319.375,24	5.505.637,70	133.847,24	5.639.484,94

No contexto da apreciação deste bloco, foi indagado qual o valor total das propostas mencionadas. A equipe técnica informou que as 19 propostas totalizavam 40 milhões de reais. Dito isso, o Conselheiro Felipe Daruich Neto alertou que o Conselho nos últimos anos havia liberado recursos com a finalidade de estruturar as unidades de ensino de segurança pública de diversos Estados. Dito isso, indagou se o trabalho que definiu os projetos copa foi precedido de averiguação sobre os recursos liberados até o momento pela União para prover os Estados das estruturas mencionadas. O servidor Fábio informou que a mesma equipe técnica que participou da elaboração do Edital nº 02/SENASP foi a que participou das tratativas para a definição dos projetos copa, razão pela qual ele podia assegurar que não houve sobreposição de pedidos ou liberação para Unidades da Federação que já haviam sido contempladas com recursos para esse fim. Ele acrescentou que a equipe teve o cuidado em não incorrer em sobreposição, por isso o edital focou as unidades do interior e os projetos copa concentraram-se nas unidades das capitais. Ele salientou que a preocupação do Conselheiro era pertinente e relatou que a Polícia Civil do Estado de São Paulo, por exemplo, deixou de apresentar projeto porque possui infraestrutura adequada. Com a palavra, o Conselheiro Carlos Rogério Ferreira Cota propôs que as ponderações do Conselheiro Felipe fossem registradas em ata, bem como as colocações feitas pelo servidor Fábio, e sugeriu que no próximo ano fosse apresentado ao Conselho um balanço com os investimentos feitos pela União em cada unidade federativa, com vistas à estruturação das unidades de ensino de segurança pública no exercício de 2010. Neste momento houve a intervenção do Conselheiro Carlos Humberto Oliveira que sugeriu que o balanço sugerido contemplasse também os anos de 2008 e 2009. Os conselheiros anuíram às sugestões feitas. As propostas foram colocadas em votação e aprovadas por unanimidade. Registra-se que as propostas em tela referem-se à ação orçamentária: Ações Preventivas de Segurança Pública para a Copa do Mundo de 2014.

Na seqüência, a Dra. Isabel relembrou os motivos que levaram o Conselho a não deliberar sobre a Proposta nº 47591/2011 (DF). Em seguida, ela passou a palavra ao Coronel Washington Rodrigues Lima, Subsecretário de Planejamento e Capacitação da Secretária de Segurança Pública do Distrito Federal, que destacou os seguintes pontos: 1) conformidade da proposta com o Edital; 2) justificativas para a criação da escola itinerante: a) dificuldades de deslocamento de diversos policiais, em função de constantes congestionamentos nas rodovias que ligam os 4 centros de formação às regiões administrativas onde reside a maioria dos policiais; b) otimizar o tempo de serviço do policial no local de trabalho diante da carência de profissionais; 3) qualidade da escola itinerante: foram destacadas as características do ônibus adaptado e projetadas imagens contendo o layout da estrutura que será montada no veículo. Por fim, o Coronel voltou a ressaltar a importância do projeto para o DF e destacou que se a proposta for aprovada, na execução do convênio, o preço apresentado certamente reduzirá durante o pregão porque serão cotados de vários Estados. O preço apresentado foi cotado no Distrito Federal no qual sabidamente são majorados devido ao alto poder aquisitivo. Aberta a palavra, os Conselheiros afirmaram que a iniciativa do DF de melhorar a eficiência e a eficácia de seus policiais é louvável e

inquestionável, contudo, voltaram a afirmar que não se sentiam convencidos da necessidade da aquisição de um ônibus adaptado num valor tão elevado, de R\$ 950 mil, porque o Distrito Federal possui uma das menores extensões territoriais do País. Ademais, os problemas de trânsitos citados, apesar de causar transtornos, podem ser superados se os deslocamentos forem feitos mais cedo ou se os horários dos cursos forem flexíveis. Neste contexto, o Conselheiro Paulo Machado relatou que trabalhou em órgãos que utilizavam unidades de atendimento móvel, por isso ele acreditava que talvez a aquisição do ônibus estivesse onerando os preços de capital e de custeio da proposta. Ele ressaltou que muitos órgãos optam por adquirir um trailer ou baú de caminhão adaptado, dessa forma evita os gastos com aquisição de cavalo de mecânico de caminhão, com os deslocamentos, a manutenção do veículo e dos motoristas, bem como o pagamento da adaptação do ônibus. Na seqüência, os conselheiros comentaram da não vinculação das decisões do Conselho aos critérios estabelecidos no Edital, das transferências de recursos obrigatórios da União para o DF e da singularidade de DF no contexto nacional. Findas as considerações, os Conselheiros manifestaram-se contrários à proposta. O Presidente esclareceu que o objeto da proposta não foi contestado e sim sua forma de execução e sugeriu ao DF a reavaliação da proposta. Os Conselheiros acompanharam o entendimento do Presidente e até deram algumas sugestões de mudança. Por fim, ficou acordado que a proposta após os ajustes retornará à pauta.

Dando prosseguimento, o servidor Rodrigo César de Melo apresentou a proposta discriminada no quadro abaixo, oriunda de Emenda Parlamentar inserida no escopo da Ação Reaparelhamento e Modernização dos Órgãos de Segurança. Após o detalhamento da proposta, o servidor esclareceu que em virtude de falhas técnicas no Portal de Convênios não foi possível inserir a nota técnica de aprovação da proposta no prazo regimental. Ato contínuo, ele apresentou ao Colegiado a mencionada nota e esclareceu que a mesma estava assinada pelas autoridades competentes, inclusive pela Senhora Secretária. Por derradeiro, ele informou que a nota encontrava-se inserida no Portal de Convênios. Em seguida, a proposta foi aprovada por unanimidade.

UF	Nº. Proposta SICONV	Objeto da Proposta	VALOR DO FNPS			Contra-partida	Total da Proposta
			Capital	Custeio	Total		
SE	033399/ 2011	Reaparelhamento do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Sergipe, mediante a aquisição de equipamentos de proteção individual – EPI, a serem distribuídos entre os Grupamentos do Estado, objetivando proteger a integridade física dos Bombeiros Militares (Emenda Parlamentar)	297.000,00	0,00	297.000,00	3.000,00	300.000,00
Total Geral			297.000,00	0,00	297.000,00	3.000,00	300.000,00

A proposta municipal foi exposta pela servidora Cristina Gross Villanova, porém, antes da apresentação, o Presidente esclareceu que a nota técnica inserida no Portal de Convênios estava sem as assinaturas, todavia, no processo físico encontrava-se devidamente assinada. Ele disponibilizou o processo aos Conselheiros e passou a palavra à servidora Cristina. Preliminarmente, ela explicou que as propostas municipais também seguiram a metodologia de trabalho adotada na nova gestão da SENASP, isto é, as propostas foram selecionadas mediante edital conforme anúncio feito anteriormente pelo então Diretor do Departamento de Programa, Políticas e Projetos, Dr. Alberto Liebling Kopittke. Dito isso, ela rapidamente fez uma explanação sobre o Edital nº: 03/SENASP destacando: 1) as principais diretrizes do edital; 2) o número total de propostas inseridas no Portal: 338; 3) o número de propostas cadastradas e não encaminhadas para análise: 66; 4) o número de propostas não habilitadas: 208; 5) os motivos da não habilitação; e 6) o resultado do edital: 64 propostas selecionadas, sendo 63 municipais e 1 de consórcio intermunicipal de segurança. A servidora ressaltou que é possível que algumas propostas selecionadas não sejam aprovadas porque nem todos os municípios cumprem as diligências necessárias para a complementação técnica da proposta. A servidora destacou que a complexidade de operacionalização do Portal de Convênios, em que pese a SENASP e o órgão que o administra orientarem os usuários, torna penoso o trabalho dos técnicos municipais que acham difícil resolver algumas amarras do Sistema. Logo

após, ela apresentou a proposta abaixo discriminada referente à ação denominada: Sistema Integrado de Prevenção da Violência e Criminalidade.

Município	Nº. Proposta SICONV	Objeto da Proposta	Fundo	Contrapartida	Total
Guarujá/SP	049516/2011	Elaboração e desenvolvimento de um Programa de Governança Local com ênfase na Segurança, além do aparelhamento e capacitação da Guarda Civil Municipal, por meio da aquisição de equipamentos e material permanente e contratação de serviços de terceiros, visando modernizar esse órgão de segurança pública, com o intuito de prevenir a violência e criminalidade no município	1.102.746,90	22.505,04	1.125.251,94
Total Geral			1.102.746,90	22.505,04	1.125.251,94

No contexto da aprovação do pleito, cabe consignar os seguintes pontos: 1) Na proposta foi solicitada a aquisição de arma de menor potencial ofensivo fato que ensejou ampla discussão entre os Conselheiros em torno de três aspectos: a) o uso de armas, ainda que de menor potencial ofensivo, pelos guardas municipais; b) a atuação constitucional das guardas e o uso da arma solicitada na forma proposta no projeto; e c) a observância da Recomendação nº. 15 do Colegiado. A servidora Cristina explicou que os guardas municipais utilizarão as armas solicitadas em atividades relacionadas à guarda do patrimônio público. Ademais, foi esclarecido que no âmbito do MJ foi constituído Grupo de Trabalho - GT, cuja composição contemplava várias expertises e segmentos. A finalidade deste GT foi discutir e avaliar diversos temas relacionados ao uso de armas, como, por exemplo, a redução dos índices de letalidade resultantes de ações envolvendo agentes de segurança pública. Em decorrência do trabalho deste Grupo foi publicada a Portaria Interministerial nº. 4.226, de 31/12/2010, que estabelece as diretrizes sobre o uso da força pelos Agentes de Segurança Pública. Foi citado o teor do art. 4º da mencionada Portaria, a saber: “A Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça levará em consideração a observância das diretrizes tratadas nesta Portaria no repasse de recursos aos entes federados.” Foi esclarecido ainda que o Anexo 1 da citada Portaria consta a seguinte diretriz: “Deverão ser elaborados procedimentos de habilitação para o uso de cada tipo de arma de fogo e instrumento de menor potencial ofensivo que incluam avaliação técnica, psicológica, física e treinamento específico, com previsão de revisão periódica mínima”; 2) O projeto foi aprovado por maioria, com voto contrário do Conselheiro Carlos Humberto Oliveira que alegou os seguintes motivos: i) o projeto possui interface com a segurança pública; ii) a aquisição de arma de menor potencial ofensivo não deve ser apoiada devido o poder intimidatório que a arma impõe e no contexto de atuação das guardas esta intimidação não se faz necessária. O Conselheiro ponderou ainda que a segurança pública deve ser avaliada sob o ponto de vista multidisciplinar, isto é, as ações do Ministério da Justiça não devem atender somente aos interesses exclusivos da área de segurança pública mas devem ser relativizadas de forma a envolver outros órgãos na proteção do cidadão. Para que isso ocorra é preciso que haja integração com diversas áreas do governo como: educação, saúde, esporte, assistência social, dentre outras. Concluindo, ele declarou que tais articulações devem ser feitas com recursos de cada área, desta forma será possível um atendimento mais adequado ao cidadão e uma melhor capacitação dos profissionais de segurança pública que poderão prestar um atendimento mais qualificado aos cidadãos. Por fim, registra-se que o Conselho manifestou posição de que no termo de convênio fosse consignada uma cláusula exigindo que o Município de Guarujá/SP regulamente a diretriz acima destacada.

Finda a pauta, o Presidente recordou que na reunião anterior ficou acordado que nesta reunião seriam fornecidas informações complementares sobre o projeto “Tecendo a Paz Social: Segurança com Cidadania em Grandes Eventos”. Dito isso, ele transmitiu a palavra à Diretora de Projetos Especiais da Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos - SESGE, Claudete Lehmkuhl. Ela recapitulou alguns aspectos anteriormente abordados, cabendo consignar as seguintes novidades: 1) a criação de um conselho gestor interministerial para acompanhar e auxiliar na construção do projeto; 2) a criação em cada Estado da rede cidadã formada por líderes comunitários que auxiliarão no

desenvolvimento do projeto; 3) detalhamento dos gastos e dos resultados a serem alcançados com recursos relacionados à primeira parte do projeto; 4) as ações/sub-projetos a serem desenvolvidas da segunda etapa, bem como os resultados esperados e o panorama geral dos beneficiados por sub-projetos; 5) tempo de 4 anos para a execução do projeto; 6) valor total do projeto: 103 milhões de reais. Neste contexto, a servidora informou que na preparação dos Jogos Pan-Americanos para os projetos de prevenção à violência foram destinados R\$ 50 milhões somente ao Estado do Rio de Janeiro, sendo que no projeto ora proposto os 103 milhões de reais irão beneficiar 12 Estados-sedes. Ou seja, o valor estimado para cada capital ao longo dos quatro anos será de 8 milhões de reais. A servidora destacou que o cálculo por pessoa no projeto, considerando o número de beneficiados diretos, foi de R\$ 199,00 e se considerados os beneficiados indiretos, o valor passa a ser R\$ 13,00. A Diretora Claudete ponderou que o valor total de investimentos do Governo Federal para a realização dos Grandes Eventos será de bilhões, contudo, este projeto era o único voltado diretamente a comunidades de maior vulnerabilidade social; e 7) a importância da cooperação técnica internacional na construção e execução do projeto (PNUD). Quanto ao questionamento do Conselho sobre a garantia financeira para a continuação do projeto, a servidora explicou que a SESGE estrategicamente é a responsável pela segurança dos grandes eventos.

Todavia, além da SESGE, há uma estrutura governamental que não pode ser ignorada, isto é, vários projetos passarão por outros ministérios sendo, portanto, necessário promover a aproximação destes órgãos e fazer uma gestão participativa. A servidora ponderou que a SESGE foi recém criada em agosto e que por isso estas articulações e parcerias estavam ainda começando a ser feitas. Ela declarou que no Decreto nº 7.538, 01/08/2011, que cria a SESGE, foram definidas as competências da Diretoria de Projetos Especiais. Logo, compete ao Governo promover os meios para que estas competências sejam desenvolvidas. Ela acrescentou que, quando a previsão orçamentária da SESGE foi feita, o projeto ora apresentado não estava finalizado. Por fim, ela destacou que se no próximo ano não houver recursos suficientes no orçamento da SESGE para que ela desenvolva todos os projetos sob sua responsabilidade, certamente será solicitada revisão orçamentária. A servidora explicou que a segunda parte do projeto não passará pelo Conselho Gestor do Fundo porque os recursos da SESGE, no próximo ano, não ficarão vinculados ao Fundo. Registra-se que ao longo da exposição os conselheiros apresentaram questionamentos e fizeram comentários sobre diversos pontos destacados. Em razão das dúvidas suscitadas em torno do financiamento da segunda etapa do projeto, foi solicitado que a votação iniciasse com o representante do Ministério do Planejamento, o Conselheiro Felipe Daruich Neto. O mencionado Conselheiro declarou que o projeto apresentado será muito benéfico, porém, ele o considerava complexo do ponto de vista da execução porque previa contratação de consultorias, parcerias com o PNUD, poderá ter ainda doações com recursos de diversas origens e fontes, convênios e parcerias com entes sub nacionais (estados e municípios), pagamentos de bolsas, dentre outros. Ele acrescentou que este tipo de projeto é classificado pela legislação orçamentária como um projeto de grande vulto o qual requer a existência de ações orçamentárias específicas no orçamento. Em seguida, explicou tecnicamente o que significava essa classificação e as vantagens da ação específica em termos de acompanhamento, monitoramento e controle do projeto. Após estas considerações, ele declarou que votaria a favor, todavia, o seu voto estava condicionado à seguinte exigência: A SESGE, por meio do MJ, no próximo exercício, deverá impreterivelmente fazer um projeto de lei de crédito especial para introduzir uma ação específica em seu orçamento para a execução deste projeto, conforme determina a legislação que trata dos projetos de grande vulto. Os demais conselheiros acompanharam o voto do Conselheiro Felipe e a condição imposta por ele. Cabe registrar que o valor aprovado foi de R\$ 2.471.910,00 (dois milhões quatrocentos e setenta e um mil novecentos e dez reais), referente à ação orçamentária: Ações Preventivas de Segurança Pública para a Copa do Mundo de 2014.

Em seguida, o Presidente solicitou ao Conselho autorização para incluir extra pauta o projeto para aquisição direta de microscópios comparadores balísticos. Ele explicou que o processo de aquisição decorreu no Pregão nº 69/2010, cuja vigência encerrará no dia 15/12/2011. Porém, devido a uma falha no fluxo do processo, ele não passou pelo Colegiado e este fato só foi percebido quando foi para o empenho. Após a aquiescência do Colegiado, a Dra. Isabel informou que o Ministério da Justiça vem trabalhado ativamente na Campanha do Desarmamento, em decorrência disso foram apresentados ao Ministério dois importantes questionamentos, a saber: 1) o quantitativo elevado de armas apreendidas que ficam armazenadas em Tribunais sem a devida segurança, porque não podem ser destruídas por

razões diversas, como por exemplo, a questão da prova técnica; e 2) a necessidade de aumentar o número de laudos de comparação balística no País. Em virtude desta constatação, a Polícia Federal, em parceria com a SENASP, desenvolveu o Projeto SISBALA – Sistema de Indexação Balística. Dito isso, ela informou que os aspectos técnicos do citado projeto seriam explicados pela Perita Criminal Federal, Sara Lais Rahal Lenharo, especialista da Polícia Federal na área de balística e que está cedida temporariamente à SENASP. Com a palavra, a Perita Sara explicou o Projeto SISBALA. Ela destacou que os resultados esperados pelo projeto são diminuir drasticamente: 1) o retorno à criminalidade de armas já envolvidas em crimes; 2) o poder de fogo de grupos armados; 3) o número de armas circulantes (corroborando com o estatuto do desarmamento); e 4) a criminalidade em geral. Por conseguinte, adicionalmente: 1) aumentar a agilidade do sistema de consulta, do confronto balístico e do processo criminal; 2) aumentar a segurança nos locais de trabalho e no processo criminal como um todo; 3) aumenta a padronização de coletas, exames e laudos periciais; e 4) diminuir custos. Em seguida, ela explicou detalhes sobre funcionamento do SISBALA. Por fim, a servidora explicou que no primeiro momento será solicitada a aquisição de 27 microscópios comparadores balísticos e no segundo momento seria feito pedidos de aquisições para a montagem do banco de dados nacional. A Perita Sara esclareceu que serão adquiridos onze microcomparadores balísticos para o interior dos seguintes Estados: AC, AP, MS, MG, PA, PB, PE, RN RO, SC e SP e onze para as capitais de: AL, BA, GO, MA, PR, RJ, RR, RS, TO, SE e DF. A Força Nacional receberia um e a Polícia Federal quatro unidades. A Perita informou que o valor unitário do microcomparador é de R\$ 339.500,00 e o valor total da aquisição será de R\$ 9.166.500,00 (nove milhões cento e sessenta e seis mil e quinhentos reais) e está inserida no âmbito da ação orçamentária Sistema Nacional de Gestão do Conhecimento e de Informações Criminais. Finda a exposição, os conselheiros fizeram diversos comentários sobre o Projeto SISBALA e ressaltaram a importância da implementação da segunda fase do projeto, assinalando a importância de estimular ações dessa natureza no âmbito do Fundo, destinadas à valorização da perícia técnica e científica, por entender que esse mecanismo seria um dos mais apropriados, em contraposição com a outras ações tais como a distribuição de armamento e munições aos entes federativos. Em seguida, o pleito foi colocado em votação e aprovado por unanimidade.

Nada mais havendo para tratar, o Presidente da Sessão encerrou a reunião às dezenove horas e quarenta e cinco minutos deste dia. E, para constar, esta Ata, que depois de lida e achada em conforme, será assinada pelos membros do Conselho Gestor.

Sidnei Borges Fidalgo
Presidente da Sessão

Paulo Machado
Ministério da Justiça

Felipe Daruich Neto
Ministério do Planejamento, Orçamento e
Gestão

Carlos Humberto Oliveira
Casa Civil da Presidência da República

Carlos Rogério Ferreira Cota
Gabinete de Segurança Institucional da
Presidência da República

Não representada
Procuradoria Geral da República